

Psicologia Ambiental: Algumas Considerações sobre sua Área de Pesquisa e Ensino

Hartmut Günther & Reinier J. A. Rozestraten

Resumo: Este trabalho discute aspectos conceituais da psicologia ambiental e faz um rápido sumário de sua história. Conclui-se o trabalho com algumas sugestões quanto ao ensino e pesquisa na área, usando a cidade de Brasília como objeto prototípico.

O objetivo do presente trabalho é de apresentar algumas considerações sobre pesquisa e ensino na área da psicologia ambiental. Para este fim, far-se-á uma breve caracterização desta área, em seguida um rápido sumário de sua história, e por fim mostrar-se-á como a cidade de Brasília pode ser utilizada como objeto prototípico no ensino e na pesquisa da área.

CARACTERIZAÇÃO DA PSICOLOGIA AMBIENTAL

A psicologia ambiental pode ser definida como o estudo do interrelacionamento entre comportamento e ambiente físico, tanto o construído quanto o natural (Fisher, Bell & Baum, 1984). Esta definição não deixa de ser uma variação da definição de ecologia: “o estudo do interrelacionamento dos organismos com seu ambiente e entre si” (Smith, 1978, p. 197). Considerando que todo comportamento humano acontece em interação com o ambiente, convém analisar algumas características da Psicologia Ambiental, na tentativa de delimitar a área.

Fisher, Bell, & Baum (1984) sublinham seis aspectos como característicos da psicologia ambiental:

Gestalt

Um primeiro elemento que caracteriza a psicologia ambiental é sua abordagem ‘holística’. O efeito do ambiente no organismo não é analisado isolado do seu contexto, nem de maneira unidirecional.

Interrelação

Uma consequência da noção de estudar os fenômenos dentro do seu contexto, é estudar a interrelação, a relação recíproca. Tanto o ambiente influencia o comportamento, como o comportamento influencia o ambiente.

Psicologia social

Uma terceira característica da psicologia ambiental é que muitos dos seus profissionais são treinados como psicólogos sociais. Em parte, este fenômeno deve-se ao fato de que uma série de temas da psicologia ambiental, tais como espaço pessoal, superpopulação, bem como procedimentos metodológicos são da psicologia social.

Interdisciplinaridade

Por suas características particulares o psicólogo ambiental mantém uma interface com outros profissionais que por sua vez estudam o ‘mundo real’ dos seus respectivos pontos de vista. Estudar a inter-relação entre ambiente e indivíduo, exige um trabalho colaborativo com os especialistas das demais áreas de conhecimento. Dependendo do tema, pode-se trabalhar conjuntamente com engenheiros, arquitetos, biólogos, planejadores urbanos, paisagistas, juristas, climatólogos, médicos etc.

Multi-metodológico

Considerando tanto o fato de ser interdisciplinar, quanto de ser ampla nos assuntos que trata, a psicologia ambiental não utiliza uma abordagem metodológica única. Sem dúvida, por tratar de problemas do ‘mundo real’ utiliza menos a situação do laboratório, mas não a exclui. O que determina a escolha da metodologia (e, implicitamente, a escolha do local da pesquisa como campo ou laboratório) é o problema, e muitos deles se beneficiam com a utilização de uma pluralidade de métodos, podendo-se agregar métodos observacionais, experimentais e/ou de

A *Série: Textos de Psicologia Ambiental* junta artigos previamente publicados, trechos traduzidos, textos de alunos das disciplinas *Psicologia Ambiental* e *Psicologia Social*, bem como trabalhos dos membros do Laboratório de Psicologia Ambiental da UnB. A série tem fim didático, sendo preparado pelo Laboratório de Psicologia Ambiental da UnB.

Sobre os autores: O primeiro autor é professor no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília. E-mail para contato: hartmut@unb.br. O segundo autor é professor no Departamento de Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.

O presente texto constitui uma reimpressão de artigo publicado em 1993 na revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, volume 9, nr 1, pp. 109 - 124. Este trabalho tem por base os textos preparados pelos autores para o IV Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), Brasília, DF, 7 a 9 de maio de 1992; grupo de trabalho: Mapeamento da Pesquisa em Psicologia e Áreas em Descoberto.

Como citar

Günther, H., & Rozestraten, R. J. A. (2005). *Psicologia Ambiental: Algumas Considerações sobre sua Área de Pesquisa e Ensino* (Série: Textos de Psicologia Ambiental, N° 10). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

entrevista, entre outros. Entretanto, há uma tendência no sentido da pesquisa ambiental procurar primeiro estudar o mundo real e somente ir ao laboratório quando necessário (Stokols, 1978; Sommer, 1983).

Pesquisa-ação

Um último elemento que caracteriza a psicologia ambiental é o seu posicionamento a respeito do suposto conflito entre pesquisa básica e aplicada. Enquanto se afirma que o objetivo da pesquisa básica é o de explicar o comportamento genérico, a pesquisa aplicada se defronta com um problema concreto, no que diz respeito a prever e/ou controlar comportamento específico. No contexto da psicologia ambiental, esta distinção faz ainda menos sentido do que em outras áreas da psicologia, pois quase toda pesquisa se orienta para um problema ou visa ajudar na resolução de algo prático. É neste contexto que se contribui para a teoria da psicologia ambiental. O modelo que é utilizado frequentemente é o de pesquisa-ação, postura esta na qual o pesquisador tenta contribuir, ao mesmo tempo, para teoria e prática da sua área (Sommer, 1977, 1987).

Resumindo, as seis características da psicologia ambiental de acordo com Fischer et al. (1984) são gestaltista, ecológica, social, interdisciplinar, multi-metodológica e de pesquisa-ação. Tanto no primeiro, como no segundo e no último item mostra-se a influência das idéias de Kurt Lewin, como um dos pioneiros da psicologia da Gestalt, já chamando atenção para a inter-relação pessoa-ambiente e visava também a aplicabilidade na pesquisa-ação (Lewin, 1948, 1965).

A apresentação de Fischer et al. sobre as características da psicologia ambiental não pretende, em absoluto, dogmatizar este ponto de vista. As características que um psicólogo ambiental aceita como essenciais dependem em parte de sua posição geral frente à psicologia considerando-a uma ciência natural ou uma ciência humana. Características como transacional, teleológica, organísmica, explicativa entre outras, são mencionadas na busca de uma caracterização desta relativamente nova área da psicologia, sendo também amplamente discutidas por Wapner (1987). Uma sub-área de qualquer ciência, neste caso da psicologia, não se caracteriza por apenas seus pontos particulares de vista e preferências metodológicas mas também, e até essencialmente, pelos assuntos e temas que estuda ou pretende estudar. Quanto aos temas abordados pela psicologia ambiental, uma leitura de recentes revisões na área (Craik, 1973; Holahan, 1986; Russell & Ward, 1982; Saegert & Winkel, 1990; Stokols, 1978) ou o índice do Handbook of Environmental Psychology (Stokols & Altman, 1987), mostram sua grande diversidade: desde a percepção e cognição do ambiente; efeito do ambiente no comportamento; ambientes diferenciados para crianças, jovens, adultos, trabalhadores; ambientes específicos como cidades; construção de ambientes para obter determinados efeitos sobre o comportamento; mudanças de atitudes, percepções e comportamento frente ao ambiente;

mudanças e planejamento do ambiente e preservação do meio ambiente.

Diante da grande diversidade de temas na área há quem afirme que “psicologia ambiental não é uma subdisciplina integrada dentro da disciplina da psicologia. [Talvez] possa ser mais útil pensar em psicologia ambiental como uma federação de várias áreas de pesquisa ativa” (Darley e Gilbert, 1985, p. 949). Stokols e Altman (1987) rejeitam, a nosso ver com razão, esta caracterização da área como a-teórica, já que justificam a publicação do Handbook of Environmental Psychology pela “crescente ênfase em integração teórica e coerência” (p. 2). Por outro lado, e apesar da grande diversidade de temas, verifica-se nos livros textos da área (Altman, 1975; Fisher, Bell, & Baum, 1984; Gifford, 1987; Heimstra & McFarling, 1978; Lee, 1977) que um cânon mínimo de temas para a disciplina psicologia ambiental tem se desenvolvido. Gifford (1987) os organiza em processos individuais (percepção e avaliação do ambiente, personalidade e ambiente), processos sociais (espaço pessoal, territorialidade, aglomeração, privacidade) e processos sociais (comunidade, ambientes específicos como trabalho, viagem, lazer, planejamento de ambientes apropriados, e promoção ambiental/ecológica).

Diante da repetida afirmação de que a psicologia ambiental tem suas raízes não apenas na psicologia tradicional, mas em muitas outras áreas, tais como ergonomia, arquitetura, urbanismo, paisagismo, geografia social, sociologia urbana, biologia e meteorologia, é importante salientar um dos aspectos que distingue a psicologia ambiental das suas raízes, e que constitui um dos elos entre suas vertentes: a atenção ao lugar, i.e., a localização do indivíduo diante dos elementos do seu ambiente.

Considerando lugar como uma variável antecedente central, a abordagem ambiental contesta a possibilidade de estudar os fenômenos psicológicos de maneira abstrata numa visão etic

Os termos etic e emic foram introduzidos pela psicologia transcultural a partir dos termos phonetics (fonética) e phonemics (fonêmica). Enquanto a fonética estuda os sons, sem levar em conta a pertinência dos mesmos a uma determinada língua, o estudo dos sons de uma língua específica resulta na identificação dos segmentos mínimos distinguíveis nestes, i.e., dos fonemas., isto é fora do seu contexto. Tal visão etic, de acordo com Brislin (1980), contrapõe-se à pesquisa emic, a qual descreve comportamento em contextos culturais específicos. Gergen (1973) fez esta crítica explicitamente, quando argumentou que a psicologia (social) não poderia ser entendida fora do seu contexto histórico, i.e., falando da variável contextual tempo. Eckensberger & Krewer (1990) chegam a argumentar que a psicologia transcultural, embora lide com a variável lugar, não foi suficientemente incisiva na exploração desta variável, cabendo à psicologia ambiental o estudo da relação indivíduo-ambiente.

Resta colocar que o surgimento da psicologia ambiental na década de 1970 é comumente atribuída a um aumento

de problemas ambientais e à incapacidade patente da psicologia tradicional em lidar com os mesmos. Assim, desde sua origem, ela contém uma crítica implícita à abordagem étic, ou descontextualizada do comportamento. Segundo Proshansky, Ittelson, & Rivlin (1970), a psicologia ambiental se diferencia das demais ciências, devido a priorização de uma análise da interrelação ativa entre o indivíduo e o ambiente, não se limitando ao estudo de estímulos e respostas (S-R). Os autores apontam, ainda, quatro aspectos que dão razão à existência da psicologia ambiental: estuda o ambiente ordenado e definido pelo indivíduo; seus problemas científicos estão relacionados com problemas sociais emergentes; é de natureza multidisciplinar; e estuda o indivíduo como parte integrada de toda situação problemática.

BREVE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA AMBIENTAL

A afirmação de Ebbinghaus (citado em Boring, 1929, p. vii), segundo a qual a ‘psicologia tem um longo passado, mas apenas uma breve história’ aplica-se igualmente a psicologia ambiental. Existe, entretanto, uma importante variante: as raízes da psicologia ambiental são não apenas longas, temporalmente, mas também amplas, no que diz respeito a sua extensão em outras áreas do conhecimento. Moore (1987, p. 1363) afirma que as raízes da psicologia ambiental nos EUA se localizam em meados do século 19; cita, entretanto, um estudo de Festinger, Schachter e Bach de 1950 sobre o desenvolvimento de grupos sociais informais em função de aspectos ambientais como o ponto de partida isolada da área. Psicologia ambiental começou a se afirmar como área distinta de estudo a partir da década de 1970 em vários lugares nos EUA. O primeiro destes mencionados por Lévy-Leboyer (1980) é Nova York onde Ittelson e Proshansky começaram a estudar, desde 1958, a influência da arquitetura hospitalar sobre o comportamento de doentes mentais. Outro lugar nos EUA citado por Lévy-Leboyer é o Massachusetts Institute of Technology, onde Lynch e sua equipe estudaram a percepção do espaço urbano, resultando na edição do já clássico livro *The image of the city* (1960/1988). No nível forma a psicologia ambiental surgiu nos EUA em 1967 com a fundação do programa de doutorado na área na City University of New York sob a liderança de Proshansky (1990). Entretanto, Altman e Christensen afirmam que “esta disciplina, focalizada em problemas, surgiu, parcialmente por intenção, parcialmente por acaso, nas décadas de 1960 e 1970. ... De fato, o primeiro Dia da Terra na primavera de 1970 galvanizou a atitude pública em volta de preocupações ambientais” (1990, p. 1).

Conforme Lévy-Leboyer (1980), a área adquireu status científico através de três publicações: (1) um número especial do *Journal of Social Issues* (Kates e Wohlwill, 1966), (2) o artigo *The emerging discipline of environmental psychology* (Wohlwill, 1970) e (3) a primeira das revisões de literatura da área no *Annual Review*

of Psychology (Craik, 1973). Alguns dos autores dos capítulos do *Handbook of environmental psychology* (Stokols e Altman, 1987) que tratam da área em diversos países, apontam, entretanto, estudos individuais ainda mais antigos, ou salientam a importante contribuição de áreas afins.

O primeiro a estudar fenômenos geo-psicológicos na Alemanha foi Hellpach (citado por Kruse e Graumann, 1987) que em 1924 introduziu o termo *Psychologie der Umwelt* (ambiente). Este autor diferenciou entre efeitos ambientais de cunho geo-psicológico (luz, clima, montanhas), socio-psicológico (oriundos de outros seres humanos) e cultural (instituições, leis, costumes). Posteriormente, distinguiu ainda o ambiente tecto-psicológico (espaço, móveis, casa, rua, veículos) (citado por Kruse & Graumann, 1987; Kruse, Graumann & Lantermann, 1990). Hagino, Mochizuki, & Yamamoto (1987) salientam a longa tradição em se preocupar com o relacionamento entre ambiente e estilo de vida no Japão, citando o caso de desastres naturais (terremotos), e a estrutura da casa japonesa. Conforme estes autores, a relação entre clima e indivíduo é tema de um livro Watsuji em 1935, e nas décadas de 1950 e 1960 observa-se o início de uma série de estudos sobre ambiente e personalidade. O primeiro livro da área foi publicado em 1961 por Kobayashi, intitulado *Introdução à psicologia arquitetônica*.

Jodelet (1987) relata que os primeiros estudos da área de psicologia ambiental na França começaram a ser desenvolvidos no fim da década de 1950, “mas foram realizados principalmente pelas ciências vizinhas à psicologia” (p. 1172).

Canter & Donald (1987) semelhantemente à Jodelet, apontam estudos em áreas vizinhas, como sociologia urbana, geografia comportamental, e planejamento ambiental na década de 1960, como insumo importante para o crescimento da psicologia ambiental na Grã-Bretanha.

Küller (1987) fala em estudos pioneiros na década de 1940 na Suécia. Stringer & Kremer (1987) afirmam que, na Holanda, a área teve início em 1962, enquanto que na Austrália os primeiros estudos apareceram no início da década de 1970 (Thorne & Hall, 1987).

O capítulo sobre psicologia ambiental na antiga União Soviética relata principalmente trabalhos realizados na República da Estônia, ou por profissionais de origem estoniana (Niit, Heidmets & Kruusvall, 1987). Esta área, como tal, começou a se estabelecer na década de 1970 na então URSS.

Sánchez, Wiesenfeld e Cronick (1987) apresentam uma perspectiva latino-americana da psicologia ambiental, relatando pesquisas realizadas na Argentina, Brasil, Colômbia, México, República Dominicana e Venezuela. Em termos gerais, ela começa na década de 1970, sendo mais avançada no México e na Venezuela.

Quanto à situação da psicologia ambiental no Brasil, Sánchez et al. (1987) baseiam suas observações em

entrevistas com pesquisadores do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que as pesquisas assim relatadas se concentram em estudos sobre ambientes habitacionais. Os autores deste trabalho estão cientes de trabalhos e/ou pesquisadores na PUC-RS, UFSC, USP-SP, USP-RP, PUC-SP, UFMG, UnB, UFPe, UFPb e UFRN, tanto em departamentos de psicologia, quanto de arquitetura / urbanismo e engenharia de transporte. Um mapeamento confiável, entretanto, se torna difícil uma vez que os trabalhos e teses se escondem nas mais diversas áreas da psicologia bem como outras áreas tais como arquitetura, urbanismo, comunicação, artes, relações públicas, propaganda e turismo. Atualmente, um levantamento destes trabalhos está sendo realizado, esperando-se uma resenha em futuro próximo.

CONSIDERAÇÕES PROGRAMÁTICAS

Sendo a psicologia ambiental um ramo relativamente novo da psicologia, e, sem dúvida, uma área em descoberto no Brasil com pouca pesquisa e poucos cursos onde a disciplina figura no elenco das disciplinas, é fácil afirmar que não falta ambiente que mereça ser estudado. Assim, pretende-se fazer algumas sugestões para a difusão da psicologia ambiental através do ensino bem como de pesquisa na área. Vale ressaltar desde o início que, embora ensino e pesquisa sejam tratados separadamente, qualquer avanço na difusão da área requer uma ação coordenada.

Constatamos que a área da psicologia ambiental é muito extensa, preocupada, especialmente, com problemas locais e específicos. Além do mais, a preocupação ecológica surgiu nos países do primeiro mundo, que já atingiram um nível de desenvolvimento tal, que permite o aparente luxo de atentar mais à preservação do que a exploração indevida e degradação do meio ambiente. Qual, então, o rumo que a psicologia ambiental pode tomar no Brasil?

Apresentamos inicialmente algumas considerações sobre ensino centrado num objeto prototípico, utilizando, a título de exemplo, a cidade de Brasília, como objeto de estudo numa disciplina da psicologia ambiental. A seguir, resumimos alguns idéias de Sommer (1990; Sommer e Wicker, 1991) sobre pesquisa local e o uso das ciências naturais como modelo de pesquisa para a psicologia ambiental.

Ensino Centrado num Objeto Prototípico

Em um artigo intitulado *The mushroom curriculum: Using natural history to teach psychology*, Sommer (1989) relata uma experiência de ensino centrado num objeto prototípico. Partindo de comportamentos como coleta, classificação, e uso de cogumelos, bem como percepções, estereótipos e atitudes acerca dos mesmos, ofereceu um seminário introdutório à psicologia geral. Comenta que “o seminário ofereceu a oportunidade de passar de experiência concreta para princípios gerais de percepção, aprendizagem, psicologia social e psicologia clínica” (p. 84). Aplicada à psicologia geral, esta abordagem tem o

potencial de unificar uma vasta gama de informação. Tratar dos diversos temas da psicologia geral como aspectos de uma mesma realidade permite mostrar a maneira em que os diferentes ramos da psicologia são interrelacionados. Tal compreensão das inter-relações muitas vezes desaparece, quase que por necessidade, no ensino isolado das disciplinas individuais. Desta mesma maneira, vemos a possibilidade de apresentar didaticamente a extensa variedade dos temas da psicologia ambiental, aproveitando-se duas de suas características: ênfase no contexto e inter-relacionamento entre ambiente e comportamento. Num segundo passo, o material aprendido pode ser generalizado para outras realidades, tarefa esta que é essencial em qualquer esforço de ensino.

Como já foi constatado, a psicologia ambiental trata de um grande leque de temas, recorrendo às mais diversas teorias e métodos. Por outro lado, há de se salientar o embasamento da psicologia ambiental na teoria da Gestalt, bem como sua postura ecológica, i.e., a ênfase no inter-relacionamento. É esta a dimensão da psicologia ambiental, na qual vemos a possibilidade de apresentar didaticamente a variedade de temas da área.

TEMAS DA PSICOLOGIA AMBIENTAL E A CIDADE DE BRASÍLIA

A título de exemplo, utilizaremos a cidade de Brasília como objeto prototípico para o ensino de psicologia ambiental, visto que um dos autores está trabalhando atualmente nesta cidade: nada mais natural do que aproveitar o próprio ambiente.

Como outras cidades planejadas, Brasília provoca reações extremas. Goerdeler (1988) conta que Niemeyer falou “eu espero que Brasília seja uma cidade de pessoas felizes” (p. 64), mas concluiu que esta ‘utopia decretada’ não deu certo. No planejamento da cidade, os elementos do desenho urbano racional (habitação, trabalho, recreação e circulação) foram levados em conta, no entanto, Ficher e Acayaba afirmam que “valorizando as soluções originais e critérios formais, não foram exigidos estudos econômicos, geográficos ou sociológicos” (1982, p. 36). É notável que planejadores e arquitetos, bem como críticos não tenham perguntado o que aqueles que eventualmente iriam viver nesta cidade teriam a dizer sobre estes aspectos da qualidade de vida em Brasília. Assim, não há dúvida de que a cidade oferece grande potencial para estudos dos temas do cânon da psicologia ambiental. Para este exemplo, seguimos a organização de Gifford (1987), embora os temas mencionados constituam apenas uma amostra.

Quanto aos processos individuais, como percepção e avaliação do ambiente, Brasília permite estudos prototípicos desde percepção visual e estética (Kohlsdorf, 1985), mapeamento cognitivo e orientação na cidade, à avaliação da qualidade de vida (Günther, 1991). O tema personalidade e ambiente inclui questões sobre as características do Candango e do Brasiliense, mudanças de comportamento decorrentes de variações sazonais, ou estratégias para lidar com um ambiente setorizado e

estruturado para resolver os afazeres.

Para o estudo dos processos sociais (i.e., espaço pessoal, territorialidade, aglomeração, privacidade) existem inúmeras possibilidades de estudo no Distrito Federal: a própria divisão do espaço no DF (Ferreira, 1985), colocando atividades e grupos sociais em setores diferentes; a questão do espaço público, seja nos blocos das superquadras, seja nas áreas comerciais; a questão da territorialidade nas brigas de grupos de jovens (“galeras”) morando em quadras diferentes; ou o senso de privacidade entre moradores dos chamados setores habitacionais individuais, habitacionais individuais geminados, ou de habitação conjugada.

Quanto aos temas agrupados na categoria processos sociais (i.e., comunidade, ambientes específicos como trabalho, viagem, lazer, planejamento de ambientes apropriados, e promoção ambiental/ecológica), a cidade igualmente oferece muitas oportunidades para ensino, pesquisa, e até extensão. Relembrando os elementos do desenho urbano racional (habitação, trabalho, recreação e transporte) sugerem-se estudos sobre assuntos tais como: senso de comunidade nas superquadras, adequação da habitação para diferentes faixas etárias (crianças, jovens, ou idosos), avaliações do acesso a determinados locais, bem como dos ambientes dos mesmos (e.g. locais de trabalho ou de prestação de serviços à população), e, ainda, avaliação das oportunidades de lazer. A localização geográfica e climática da cidade, implica numa série de desafios ecológicos e oportunidades de estudos comportamentais: por exemplo, os longos períodos sem chuva com a sua necessidade de conservação de água e do verde, ou o consumo e conservação de energia. O próprio planejamento urbano com muito espaço e áreas verdes implica em desafios no que diz respeito a transporte ou manutenção. Concluindo esta parte do trabalho, resta apenas reiterar que a lista de temas a serem pesquisados, e que podem servir como exemplos para o ensino de psicologia ambiental, é muito extenso.

Alguns destes temas estão sendo explorados em trabalhos práticos da disciplina ‘Psicologia Ambiental’ oferecida na UnB. Outros servem como temas de teses de mestrado (Gouveia, 1991; Nunes, 1991; Solórzano, 1991), outros são temas de pesquisa ora em andamento sobre superquadras como vizinhanças (Günther, Pfeiffer e Silva, 1992) ou bicicletas como modo de transporte alternativo em Brasília.

Quanto à possibilidade de generalizar este exemplo, acreditamos que outras cidades, ou até ambientes mais restritos tais como bairros, ou até locais mais circunscritos como um campus universitário, um hospital, um shopping podem servir como objetos prototípicos para o ensino da psicologia ambiental. Entretanto, quanto mais complexo o ambiente prototípico, mais desafios para atividades de ensino e pesquisa.

Non scholae, sed vitae discimus (aprendemos não para a escola mas para a vida) afirmaram os romanos; criar a possibilidade de generalizar é a tarefa essencial de qualquer ensino. Utilizando o próprio ambiente como

objeto prototípico certamente encurta a distância entre a sala de aula e a realidade extra-classe a ser defrontada no futuro. Mais importante, entretanto, é que a mensagem essencial da psicologia ambiental, i.e., a perspectiva ecológica, seja transmitida de maneira inequívoca, mostrando a relação recíproca entre indivíduo e meio ambiente.

PESQUISA LOCAL

Já afirmamos que a psicologia ambiental, ao enfatizar a variável lugar, questiona a possibilidade de uma psicologia *etic*, não contextualizada. A tentativa de desenvolver uma psicologia *etic* do ser humano implica numa concentração em processos e fenômenos universais na espécie *homo sapiens*. A abordagem *emic*, contextualizada, por outro lado, aceita a possibilidade de que haja variação pelo menos transcultural de processos e fenômenos psicológicos. Uma das conseqüências deste questionamento, é a de estudar variações locais de um fenômeno psicológico de maneira proposital, semelhantemente a como a biologia estuda variações locais da fauna ou flora. Assim, a sugestão de Sommer (1990) de seguir o modelo da pesquisa das ciências naturais, especificamente da biologia se fundamenta na observação de que historicamente, a psicologia passou da fase filosófica quase que diretamente para o laboratório, sem ter demorada nos estudos observacionais de campo. O estudo de uma variação local de algum fenômeno psicológico não somente leva em conta o lugar como variável importante, mas todas as circunstâncias do local e sua influência sobre o fenômeno. Ao contrário de estudos no laboratório, nos quais as variáveis ambientais são tratados como ‘contaminantes’ e precisam ser ‘controlados’, recomenda-se especial atenção a estas variáveis contextuais. Isto não quer dizer, que uma vez isolado algum fenômeno, este não possa ou não deva ser estudado também sob as condições que só um laboratório permite, mas simplesmente reafirma a importância (a) da variação local, e (b) o inter-relacionamento entre o fenômeno de interesse e o seu contexto.

Barker (1968) usou o termo “behavior setting” (cenário comportamental) para descrever o contexto ambiental que co-determina as características de um comportamento. Da mesma maneira como Barker estudou intensivamente pequenas comunidades, Sommer (1990) sugere que a partir de estudos locais, pode-se chegar, eventualmente, a uma generalização. Subsequentemente, Sommer & Wicker (1991) levam esta noção do cenário comportamental e da pesquisa local um passo à frente, quando sugerem uma taxonomia para cenários comportamentais. Usando o exemplo de um posto de gasolina, apresentam a seguinte classificação: (1) Família: posto de serviço; (2) Genotipo: posto de gasolina; (3) Sub-genotipo: auto-serviço; (4) Cenário comportamental: Al's Posto Chevron na esquina da rua 6 e Chestnut; (5) Sub-cenário: caixa registradora, bomba de gasolina (p. 135).

Desta ótica, a qualidade de um determinado comportamento não somente muda de um cenário

comportamental para o outro, como sugere Barker, mas dentro de um determinado cenário comportamental seria possível determinar variações locais, que por sua vez influenciam de maneira diferenciada no comportamento do indivíduo. Esta taxonomia dos cenários comportamentais permite uma melhor análise de como os elementos do ambiente influenciam um determinado comportamento. Verifica-se, nesta ponte, uma ligação para a análise de comportamento: a título de exemplo, lembramos, neste contexto, no nível teórico, o trabalho de Reese & Woolfenden (1973), enquanto no nível prático os de Geller (1987). As implicações práticas desta abordagem para a pesquisa na área da psicologia ambiental no Brasil resumem-se no lema ecólogo agir localmente e pensar globalmente. No caso, significa realizar pesquisas sobre problemas locais que tenham o potencial de impacto benéfico sobre o ambiente, sem perder a vista de que maneira trabalhos locais se inter-relacionam, tanto entre si, quanto com os de outros lugares.

REFERÊNCIAS

- Altman, I. (1975). *The environment and social behavior*. Monterey, CA: Brooks Cole.
- Altman, I., & Christensen, K. (Eds.). (1990). *Environment and behavior studies: Emergence of intellectual traditions*. New York: Plenum.
- Barker, R. G. (1968). *Ecological psychology: Concepts and methods for studying the environment of human behavior*. Stanford: Stanford U Press.
- Boring, E. G. (1929). *A history of experimental psychology*. New York: Appleton-Century.
- Brislin, R. W. (1980). Translation and content analysis of oral and written material. Em H. C. Triandis & J. W. Berry (Eds.), *Handbook of cross-cultural psychology: Vol 2. Methodology* (pp. 389-444). Boston: Allyn & Bacon.
- Canter, D., & Donald, I. (1987). Environmental psychology in the United Kingdom. Em D. Stokols & I. Altman (eds.), *Handbook of environmental psychology, vol 2*, (pp. 1281-1310). New York: Wiley.
- Craik, K. H. (1973). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 24, 403-422.
- Darley, J. M. & Gilbert, D. T. (1985). Social psychological aspects of environmental psychology. Em G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *Handbook of social psychology*, 3rd edition, vol. 2 (pp. 949-991). New York: Random House.
- Eckensberger, L. H., & Krewer, B. (1990). Kulturvergleich und Ökopsychologie [Comparação cultural e eco-psicologia]. Em L. Kruse, C.-F. Graumann, & E.-D. Lantermann (eds.), *Ökologische Psychologie: Ein Handbuch in Schlüsselbegriffen*, (pp. 66-75). München: Psychologie Verlags Union.
- Ferreira, I.C.B. (1985). O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. Em A. Paviani, (org). *Brasília: ideologia e realidade*. São Paulo: Projeto Editores Assoc.
- Festinger, L., Schachter, S., & Bach, K. W. (1950). *Social pressures in informal groups*. Stanford, CA: Stanford U Press.
- Ficher, S., & Acayaba, M.M. (1982). *Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Projeto Editores Assoc., Ltda.
- Fisher, J. D., Bell, P. A., & Baum, A. (1984). *Environmental psychology*, 2ª ed. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Geller, E. S. (1987). Applied behavior analysis and environmental psychology: From strange bedfellows to a productive marriage. Em D. Stokols & I. Altman (eds.), *Handbook of environmental psychology, vol 1*, (pp. 361-388). New York: Wiley.
- Gergen, K. (1973). Social psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 309-320.
- Gifford, R. (1987). *Environmental psychology: Principals and practice*. Boston: Allyn & Bacon.
- Goerdeler, C. D. (1988, fev). Die verordnete Utopie [A utopia decretada]. *Geo-Special: Brasilien*, 46-47.
- Gouveia, V. V. (1991). Survey pelo coreio sobre percepção de barulho ambiental: variáveis de técnica e de conteúdo. Tese de Mestrado não-publicada, Universidade de Brasília.
- Günther, H. (1991). Viver em Brasília: um estudo empírico. Trabalho apresentado no 4º seminário sobre Desenho Urbano no Brasil (SEDUR), Brasília, UnB, abril.
- Günther, H., Pfeiffer, E. F., & Silva, A. V. (1992, out). Senso de Comunidade entre Moradores das Superquadras do Plano Piloto de Brasília. Trabalho apresentado na XXII reunião anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Ribeirão Preto.
- Hagino, G., Mochizuki, M., & Yamamoto, T. (1987). Environmental psychology in Japan. Em D. Stokols & I. Altman (eds.), *Handbook of environmental psychology, vol 2*, (pp. 1155-1170). New York: Wiley.
- Heimstra, N. W., & McFarling, L. H. (1978). *Psicologia Ambiental*. São Paulo: EPU/EDUSP (Trabalho originalmente publicado em 1974).
- Holahan, C. J. (1986). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 37, 381-407.
- Jodelet, D. (1987). The study of people-environment relations in France. Em D. Stokols & I. Altman (eds.), *Handbook of environmental psychology, vol 2*, (pp. 1181-1193). New York: Wiley.
- Kates, R. W., & Wohlwill, J. F. (Eds.). (1966). Man's response to the physical environment [número especial], *The Journal of Social Issues*, 22(4).
- Kobayashi, S. (1961). An introduction to architectural psychology. Tokio: Shokokusha. (apud: Hagino, Mochizuki, e Yamamoto, 1987).
- Kohlsdorf, M.E. (1985). As imagens de Brasília. Em A. Paviani, (org). *Brasília: ideologia e realidade*. São Paulo: Projeto Editores Assoc.
- Kruse, L., & Graumann, C.-F. (1987). Environmental psychology in Germany. Em D. Stokols & I. Altman (eds.), *Handbook of environmental psychology, vol 2*, (pp. 1195-1225). New York: Wiley.
- Kruse, L., Graumann, C.-F., & Lantermann, E.-D. (1990). *Ökologische Psychologie: Zur Einführung [Psicologia ecológica: Uma introdução]*. Em L. Kruse, C.-F. Graumann, & E.-D. Lantermann (eds.), *Ökologische Psychologie: Ein Handbuch in Schlüsselbegriffen*, (pp. 1-13). München: Psychologie Verlags Union.
- Küller, R. Environmental psychology from a Swedish perspective. Em D. Stokols & I. Altman (eds.), *Handbook of environmental psychology, vol 2*, (pp. 1243-1279). New York: Wiley.
- Lee, T. (1977). *Psicologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Zahar (trabalho originalmente publicado em 1976).
- Lévy-Leboyer, C. (1980). *Psychologie et Environnement*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lewin, K. (1948). Action research and minority problems. Em K.Lewin, *Resolving social conflicts*, (G.Lewin, ed.). New York: Harper & Row.
- Lewin, K. (1965). *Teoria de campo em ciências sociais*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1951)
- Lynch, K. (1988). *A imagem da cidade*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (original publicado em 1960)

- Moore, G. T. (1987). Environment and behavior research in North America: History, developments, and unresolved issues. Em D. Stokols & I. Altman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (Vol 2, pp. 1359-1410). New York: Wiley.
- Niit, T., Heidmets, M., & Kruusvall, J. (1987). Environmental psychology in the Soviet Union. Em D. Stokols & I. Altman (eds.), *Handbook of environmental psychology*, vol 2, (pp. 1311-1335). New York: Wiley.
- Nunes, M. (1991). Interferência de variáveis ambientais na percepção e comportamento do pedestre em sua opção de percurso. Tese de Mestrado não-publicada, Universidade de Brasília.
- Proshansky, H. M. (1990). The pursuit of understanding. Em I. Altman & K. Christensen (eds), *Environment and behavior studies: Emergence of intellectual traditions* (pp. 9-30). New York: Plenum.
- Proshansky, H. M., Ittelson, W. H., & Rivlin, L. G. (1970). *Environmental psychology: Man and his physical setting*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Reese, D. G., & Woolfenden, R. M. (1973). *Behavioral analysis of everyday life: a program for the generalization of behavioral concepts*. Kalamazoo, MI: Behaviordelia.
- Russel, J. A., & Ward, L. M. (1982). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 33, 651-688.
- Saegert, S., & Winkel, G. H. (1990). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 41, 441-477.
- Sánchez, E., Wiesenfeld, E., & Cronick, K. (1987). Environmental psychology from a Latin American perspective. Em D. Stokols & I. Altman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (Vol 2, pp. 1337-1357). New York: Wiley.
- Smith, R. L. (1978). Ecology. *Encyclopædia Britannica: Macropædia*, vol 6.
- Solórzano, I. M. (1991). Padrões de resposta e taxas de participação em levantamento de campo: aplicação ao problema de ruído urbano. Tese de Mestrado não publicada, Universidade de Brasília.
- Sommer, R. (1977). Action research. Em D. Stokols (ed.), *Perspectives on environment and behavior: Theory, research and application*, pp. 195-203. New York: Plenum.
- Sommer, R. (1983). *Social Design: Creating buildings with people in mind*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Sommer, R. (1987). An experimental investigation of the action research approach. *Journal of Applied Behavioral Science*, 23(2), 185-199.
- Sommer, R. (1989). The mushroom curriculum: Using natural history to teach psychology. *Teaching of Psychology*, 16, 84-85.
- Sommer, R. (1990). Local research. *Journal of Social Issues*, 46, 203-214.
- Sommer, R., & Wicker, A. W. (1991). Gas station psychology: The case for specialization in ecological psychology. *Environment and Behavior*, 23, 131-149.
- Stokols, D. (1978). Environment psychology. *Annual Review of Psychology*, 29, 253-295.
- Stokols, D., & Altman, I. (eds.). (1987). *Handbook of environmental psychology*, 2 vols. New York: Wiley.
- Stringer, P., & Kremer, A. (1987). Environmental psychology in the Netherlands. Em D. Stokols & I. Altman (eds.), *Handbook of environmental psychology*, vol 2, (pp. 1227-1241). New York: Wiley.
- Thorne, R., & Hall, R. (1987). Environmental psychology in Australia. Em D. Stokols & I. Altman (eds.), *Handbook of environmental psychology*, vol 2, (pp. 1137-1153). New York: Wiley.
- Wapner, S. (1987). A holistic, developmental, systems-oriented environmental psychology. Em D. Stokols & Altman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (Vol 2, pp. 1433-1465). New York: Wiley.
- Wohlwill, J. F. (1970). The emerging discipline of environmental psychology. *American Psychologist*, 25, 303-312.